

Prevenção e combate a uniões prematuras

AR diz que há fraqueza na divulgação da lei

(Maputo) A terceira comissão da Assembleia da República (AR), que vela pelos assuntos sociais, do género, tecnologias e comunicação social, reconhece que ainda há alguma fraqueza na divulgação da lei de prevenção e combate a uniões prematuras, aprovada em Junho de 2020. A norma em referência, sabe-se, tem vista pôr fim a estes males vistos como retrocesso para o desenvolvimento do país, no que diz respeito ao acesso à educação, à saúde, e outros serviços.

Intervindo num workshop sobre a implementação desta lei, a presidente da terceira comissão da AR, Lúcia Mafuiane, reconheceu que ainda há muito trabalho por se fazer, pois ainda se constatam violações da mesma. Ou seja, continua a notar-se que há crianças envolvidas em uniões prematuras.

No entanto, acredita que ainda se vai a tempo de fazer chegar este instrumento às comunidades mais recônditas

para que a sua implementação seja efectiva.

Um dos constrangimentos por ela apontados, que contribuiu para uma divulgação tímida da lei tem que ver com a questão da pandemia da Covid-19, que impediu a realização dos fóruns para o efeito.

“Este ano, por ser atípico, impediu aquelas reuniões de grande vulto, daí que a divulgação é feita de forma um pouco tímida e restrita. A partir do trabalho que estamos a realizar hoje e de outros que temos vindo a fazer o passo vai ser acelerado. Por enquanto, achamos que o passo ainda é um pouco reduzido”, frisou. Por outro lado, sublinhou que do trabalho que foi feito e das informações que se obteve durante a fiscalização, não houve relatos de muitos casos de pessoas punidas por terem transgredido a lei.

Entretanto, para o Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), trata-se de uma lei nova, que as pessoas ainda estão a se apropriar, daí que considera cedo fazer uma avaliação sobre a sua implementação. **(Eduardo Conzo)**